

A GAZETA

especial

A13536-1

SEXTA-FEIRA,

29 de junho de 2007

PROJETO DE MARKETING



Encontro das Águas

Com a participação de mais de 200 pessoas, foi realizado no último dia 20, no auditório da Rede Gazeta, o 3º Seminário Encontro das Águas, para debates sobre os recursos hídricos e as condições climáticas do Espírito Santo. Técnicos, membros de comitês de bacias hidrográficas e diversas autoridades participaram dos quatro

painéis que compuseram o evento, promovido por A GAZETA e pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), em seu terceiro ano consecutivo. Os palestrantes expuseram as atuais condições dos recursos hídricos e sugeriram medidas a serem adotadas para a sua preservação.

Cesan
promete
esforço para
tratar água e
esgotos

Página 4

Assoreamento
e esgotos
ameaçam os
mananciais

Página 6

Escassez é
um dos
desafios para
comitês

Página 7

Debate de
novos temas
valoriza
evento

Página 11

PATROCÍNIO:

SAMARCO

CESAN 40
Qualidade em saneamento
www.cesan.com.br

iema
INSTITUTO ESTADUAL DE
MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Secretaria
do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

REALIZAÇÃO:

UM NOVO
ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado
www.es.gov.br

A GAZETA

Encontro das Águas debate clima e uso de recursos hídricos

MAIS DE 200 PESSOAS COMPARECERAM AO EVENTO, QUE FOI REALIZADO PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO

O evento, promovido pelo jornal A GAZETA e o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), com apoio da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan) e da Samarco Mineradora reuniu, no auditório da Rede Gazeta, no dia 20 deste mês, mais de duzentas pessoas interessadas em debater e conhecer a realidade dos recursos hídricos capixabas e as condições climáticas.

Batizado de Encontro das Águas, o evento contou com a participação de técnicos do governo, membros de comitês de bacias hidrográficas, universitários e representantes da sociedade civil organizada. As apresentações se dividiram em quatro painéis. O primeiro deles foi aberto pelo presidente da Cesan, Paulo Ruy Carnelli, e teve como tema o panorama dos recursos hídricos no Espírito Santo.

SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE COORDENA TRABALHOS

Essa foi a terceira edição consecutiva do evento, em Vitória. Maria da Glória Abaurre, secretária esta-



Helena de Almeida

Autoridades, técnicos e representantes de vários segmentos da sociedade organizada participaram do evento

dual do Meio Ambiente e presidente do Instituto Estadual do Meio Ambiente (Iema), coordenou o encontro, organizado de modo a permitir as discussões sobre a gestão da água e o relacionamento do tema com a questão das florestas e das mudanças climáticas.

“O objetivo maior foi o de trazer a sociedade para o debate das questões relativas ao uso da água e fazer entender que esse não é um problema apenas do órgão

ambiental, é um problema de todos nós”, afirmou a secretária Maria da Glória.

De acordo com sua análise, as pessoas já sabem do aquecimento global e é preciso que saibam, agora, o que podem fazer para que o cenário não se agrave e que medidas preventivas possam ser adotadas desde já. “Não foi um seminário técnico, com visão estritamente técnica. Foi uma forma de dizer: sociedade, isso tem a ver com você e abrir para a população assuntos que lhe dizem respeito, num momento em que é preciso agir”, disse Maria da Glória.

Na visão da secretária, para os integrantes dos órgãos ambientais o tema ganhou importância há anos, mas o momento, de modo geral, tem levantado muito a polêmica. “É como se as pessoas estivessem mais sensibilizadas e mais abertas para essa discussão. A gente entende que é um momento muito bom, não só para a conscientização, mas também para as pessoas entenderem as coisas e a possibilidade de sua participação. Estamos aproveitando a oportunidade em que esse tema virou pauta na mídia e na vida das pessoas, para que, tecnicamente, se possa colocar uma discussão mais ampla com a sociedade, que está mais receptiva”.

A13536-2

Efeitos na vida do cidadão comum

Até poucos meses atrás, os problemas climáticos pareciam distantes da vida do cidadão comum. Porém, esse cenário começa a se alterar, disseram muitos dos presentes ao encontro. Segundo a secretária Maria da Glória Abaurre, essas questões começam a interferir na vida das pessoas porque, aos poucos, espalha-se a consciência de que seca na Amazônia e enchentes no Sul vão afetar o dia-a-dia de todos num futuro muito próximo.

“As pessoas começam a sentir que essa questão pode vir a afetá-las no bolso, porque, se não se cuidar, a água vai ficar cada dia mais cara. São coisas que já mexem na vida das pessoas, tanto na vida do cidadão urbano quanto na vida do homem do campo”, enfatizou, lembrando que quanto mais poluídos os rios estiverem, mais os órgãos de abastecimento vão ter que investir para tratar a água, e isso vai ter repercussão na conta dos consumidores.

MEIO AMBIENTE AGORA É POLÍTICA DE GOVERNO

Um dos principais avanços ocorridos no Espírito Santo, nos últimos anos, em termos de meio ambiente, segundo a secretária

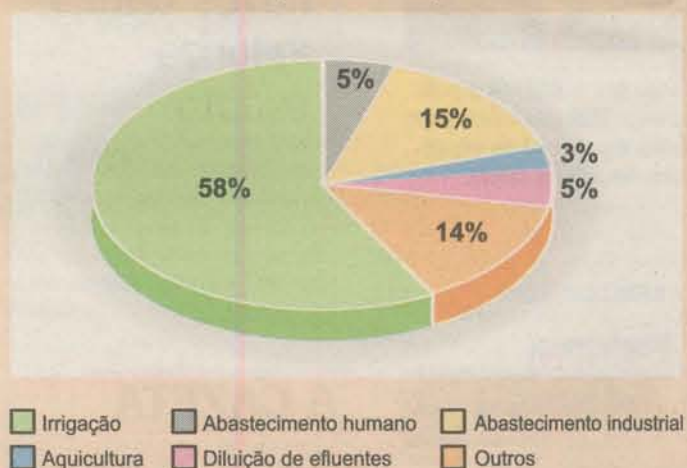
do Meio Ambiente, Maria da Glória Abaurre, é que a política de recursos hídricos deixou de ser política exclusiva do Instituto, para ser política de governo.

“O governo Paulo Hartung tem, entre seus projetos prioritários, a gestão adequada dos recursos hídricos, com a qual trabalha a longo prazo, planejando o desenvolvimento consciente. Se não houver adoção de gestão adequada hoje, daqui a 20 anos, provavelmente, haverá sérios conflitos entre usuários de água, porque a disponibilidade vai ser muito menor”.

AÇÃO

A secretária lembrou a importância o empenho do governo, que tem como uma de suas prioridades o apoio e fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas. Seis já foram criadas e quatro encontram-se em fase de implantação. São os comitês das bacias do Rio Guandu, do Santa Maria da Vitória, do Jucu e do São José. Os comitês já em funcionamento são os das bacias do Benevente, do Rio Novo, do Jacaraípe, do Santa Maria do Rio Doce, do Itaúnas e do Itapemirim.

Pedidos de Outorga x Finalidade de uso (até maio/07)



Arte - Gilson

A GAZETA especial

COORDENADOR DE CADERNOS ESPECIAIS
José Carlos Corrêa
jccorrea@redgazeta.com.br

EDITOR RESPONSÁVEL:
Paulo Maia
pmaia@redgazeta.com.br

Publicidade:
Vitória: (27) 3321-8346
Cachoeiro (28) 3522-8705 - (28) 3522-8544
Colatina: (27) 3721-0882 - (27) 3721-4979
Linhares (27) 3371-0408 - (27) 3371-4118
Guarapari (27) 3361-1835 - (27) 3362-0448
S. Mateus (27) 3363-2567 - (27) 3763-1833

EDITOR DE ARTE
Paulo Nascimento

DIAGRAMADORA
Alialba Custódio

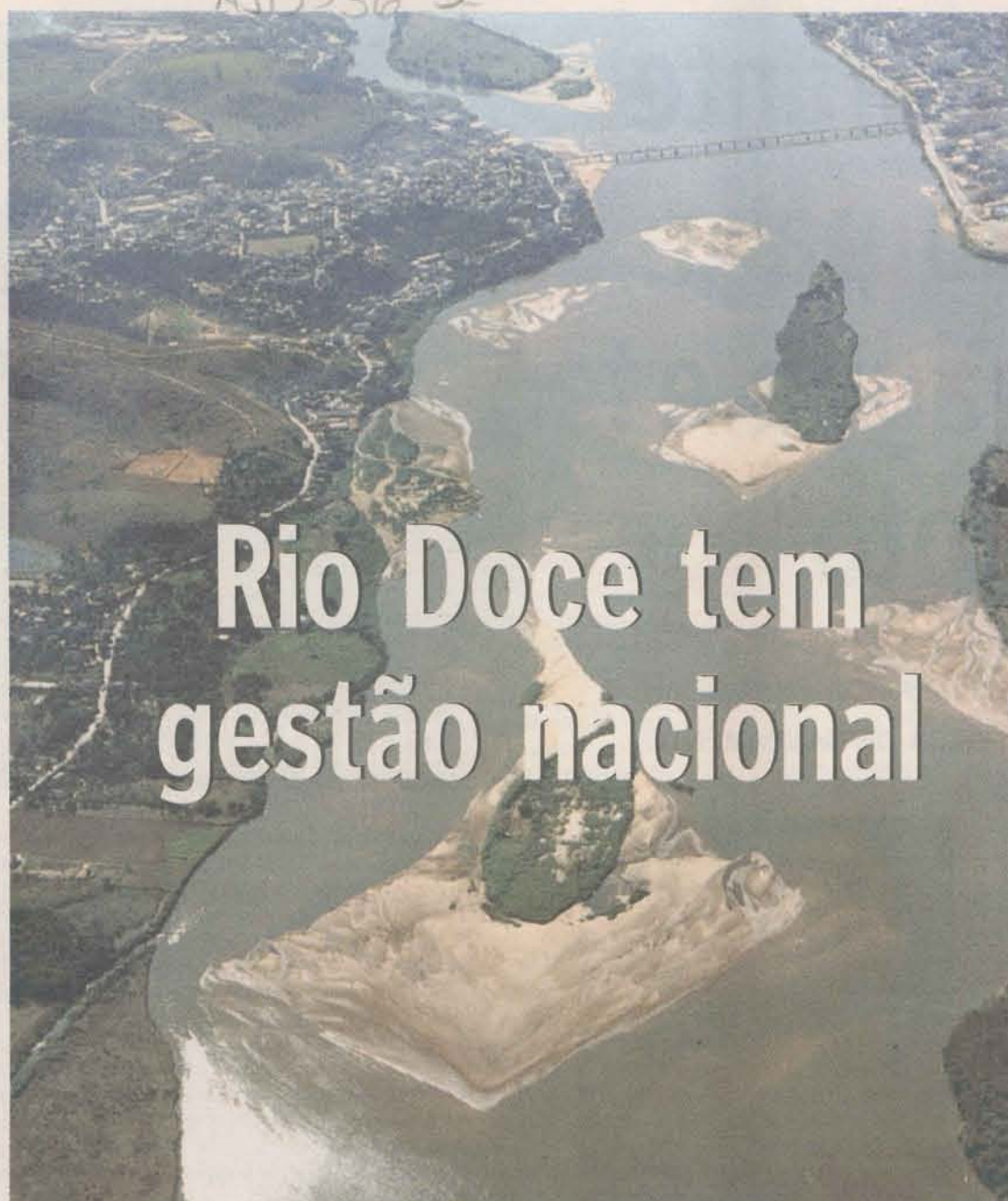
RECURSOS PARA A BACIA DO RIO DOCE VÊM DE MG, ES E DA UNIÃO

O Rio Doce não possui comitê estadual porque é o único de domínio federal que corta o Espírito Santo, tendo, portanto, gestão nacional, informou a secretária Maria da Glória. Uma política desenvolvida em conjunto com o governo de Minas Gerais e a Agência Nacional de Águas (ANA) responsabiliza-se pela gestão da Bacia do Rio Doce, fundamental para o desenvolvimento sustentável do Estado, assim como para os mineiros.

Os recursos para o desenvolvimento do projeto da bacia estão sendo viabilizados, portanto, em três instâncias que são Minas Gerais, Espírito Santo e o Governo Federal. Segundo Maria da Glória, essa já é uma questão efetiva.

INVESTIMENTO

Caberá ao Espírito Santo, em relação à bacia do Rio Doce, o investimento de R\$ 300 mil, além de R\$ 100 mil para os afluentes que são o Santa Maria do Rio Doce, o Guandu e o São José. Essas três, aliadas às seis bacias localizadas em Minas Gerais, formarão um só grupo sujeito à consultoria da ANA. A idéia é a de que os dois estados definam juntos a política de preservação e utilização das águas do Rio Doce.



Rio Doce tem gestão nacional

A política de preservação e utilização das águas do Rio Doce deverá ser definida, em conjunto, pelos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais

Nestor Muller

Usuários têm que cumprir determinações

O grande desafio para quem trabalha com recursos hídricos, na opinião de Maria da Glória Abaurre, é não só impor que os usuários cumpram as determinações, porque são de caráter legal, mas fazer com que entendam que, ao seguir as novas regras, estão contribuindo para a própria subsistência e qualidade de vida futura.

“A degradação das bacias dos rios foi algo que levou décadas para acontecer, não vai ser recuperada do dia para a noite”, afirmou Maria da Glória.

SOCIEDADE TEM QUE SER MOBILIZADA

Sobre o papel que cabe à sociedade, ela disse ainda: “É preciso que a população esteja mobilizada e consciente da necessidade de cobrar ações, independentemente de quem seja governo, para que as ações tenham continuidade e, quem sabe, daqui a 20 ou 30 anos, as condições estejam melhores”.

A secretária considerou que esperar que um único governo resolva tudo é ilusão, porque o sucesso dos programas depende muito da mudança de culturas, entre elas a de manejo e utilização de solo, porque até aqui se praticou o uso predatório.

O encontro, promovido pelo Iema e A GAZETA foi, na opinião da secretária, mais um fator positivo para alcançar a meta de recuperação dos recursos hídricos do Espírito Santo.

“As mídias, cada uma com seu público específico, têm o papel de disseminar a idéia, sobretudo num país onde o poder público tem a imagem tão desgastada. O fato é que seja do poder público, seja de empresas privadas, da sociedade urbana ou do homem do campo, não é mais possível ignorar a existência do problema”.

Maria da Glória lembrou que é através da mídia que a sociedade fica informada e manifesta interesse em debater esses temas. Considerou que o nível das palestras programadas para o encontro foi o melhor possível, uma vez que permitiu a discussão de assuntos que variaram desde a gestão em si de recursos hídricos até a relação deles com as mudanças climáticas e a necessidade de se preservar as florestas diretamente relacionadas com os recursos hídricos.

Plano Estadual dos Recursos Hídricos

Em sua apresentação durante o Encontro das Águas, Maria da Glória Abaurre enfatizou a importância da criação do Plano Estadual dos Recursos Hídricos, que vai fornecer as diretrizes gerais para todas as bacias. Ela ressaltou que toda política deve ser introduzida e funcionar de forma descentralizada e participativa, para que cada comitê de cada bacia hidrográfica tenha autonomia em suas ações.

A outorga foi regulamentada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 2005 e implanta-

da efetivamente pela Iema em outubro do mesmo ano. Neste período, recebeu cerca de 700 pedidos, tendo emitido 200 pareceres.

No que se refere aos pedidos, o instrumento tem maior concentração vinda da Região Norte do Estado, onde o déficit de recursos hídricos é maior do que no Sul, segundo informaram os técnicos do lema.

Os pedidos de outorga são mais volumosos no Norte, porque lá é preciso construir um número maior de barragens para irrigação das lavouras e cultivo do gado.

Uma característica do documento é que ele não implica cobrança do uso da água, mas uma garantia para o próprio empreendedor, na avaliação de Maria da Glória.

“Um preceito básico dessa questão é que a água tem que servir para todos os fins, porque todos têm o mesmo direito. A outorga permite distribuição mais justa, na medida em que o órgão licenciador conhece os usuários de cada bacia e a quantidade que utilizam. O que não se pode deixar acontecer é o uso aleatório, para que não haja o risco de, no futuro,

barrar novos empreendimentos”.

Uma grande preocupação no setor agrícola relaciona-se aos pequenos produtores, porque esse é um setor, na avaliação da secretária do Meio Ambiente, que tem sido muito prejudicado no País. Há muita preocupação entre eles de serem mais uma vez esquecidos pelas instituições públicas.

No Espírito Santo, onde há pequenos produtores necessitando de pequenas irrigações, a maioria pode ser dispensada da outorga, para receber o Uso Significante, documento de outra natureza.

Cesan garante esforço para tratar água e esgoto

O TRATAMENTO DE ESGOTO AINDA É UM GRANDE
DESAFIO PARA A EMPRESA DE SANEAMENTO

O presidente da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan), Paulo Ruy Carnelli, mediador do primeiro painel de debates realizado no Encontro das Águas, abriu sua apresentação lembrando que o processo de captação de água no Brasil deu certo até aqui e que grande parte das populações urbanas é bem atendida. Porém, as companhias de abastecimento têm um grande desafio pela frente: ajustar os níveis de tratamento de esgoto às demandas atuais de preservação dos recursos naturais.

Segundo Ruy Carnelli, o assunto esgoto ficou prejudicado em grande parte das cidades brasileiras. Ele lembrou do grande esforço que se tem feito no sentido de alterar a situação, e afirmou que dentro da política de recursos hídricos, no Espírito Santo, a Cesan tem grandes desafios, acelerados pelo processo de adensamento urbano registrado na Grande Vitória, nas últimas décadas.

TRATAMENTO DE ESGOTO ATINGE APENAS 35% DA POPULAÇÃO CAPIXABA

Enquanto 100% da população é atendida com água tratada, com o esgoto a situação é muito diferente, porque apenas 35% do volume recebem tratamento adequado. O governo tem no plano de desenvolvimento 2025, segundo Carnelli, uma grande preocupação com a questão ambiental, sobretudo à ligada aos recursos hídricos.

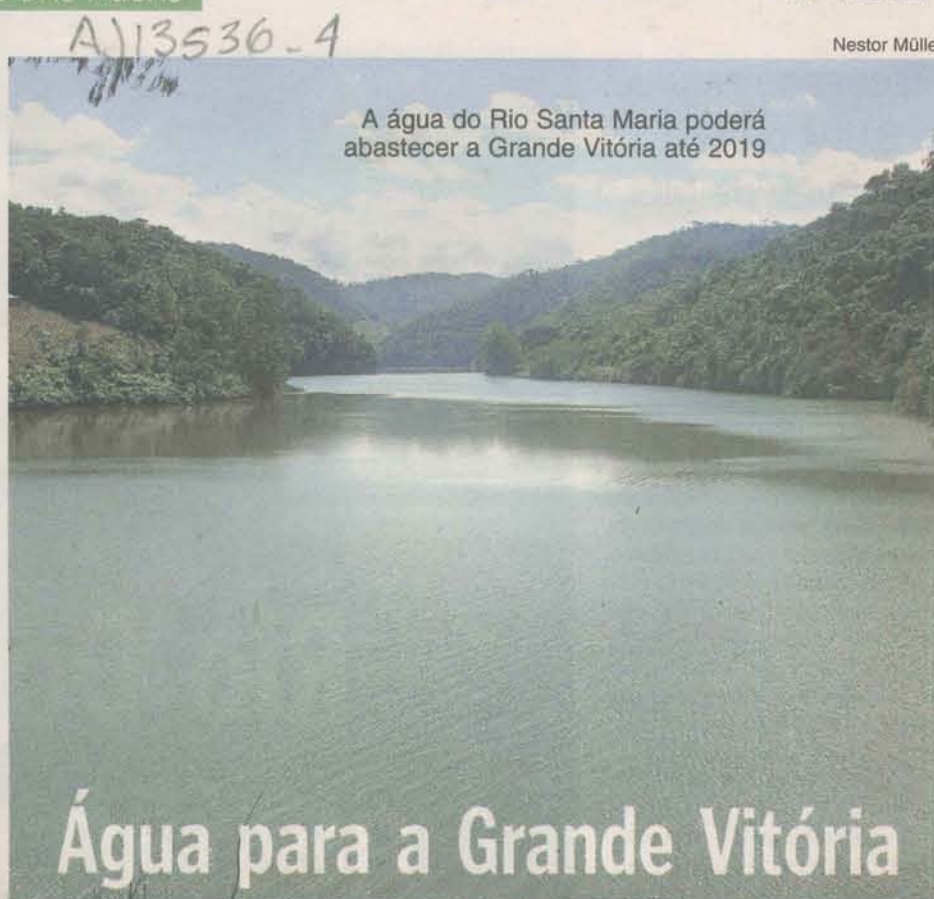
“A meta é, em quatro anos, ter em lugar de 35%, pelo menos 60% do esgoto coletados e tratados”. O governo pretende, também, deixar preparado o que se fizer necessário, para que se alcancem os 100% nas próximas gestões.



Helena de Almeida

Segundo Paulo Ruy, a meta é, em quatro anos, chegar a 60% dos esgotos coletados e tratados

Representantes do Banco Mundial estão no Espírito Santo, tratando dos recursos financeiros que vão assegurar a realização das metas. “Eu posso assegurar a vocês, que o meio ambiente é uma das preocupações mais relevantes desse governo”, assegurou Ruy Carnelli, em sua apresentação.



A água do Rio Santa Maria poderá abastecer a Grande Vitória até 2019

Água para a Grande Vitória

Na opinião de Carnelli, do ponto de vista do que a Cesan tem planejado para os próximos anos, a situação permanece sob controle no que se refere ao abastecimento de água para a Região da Grande Vitória.

Até 2019, segundo previsões do órgão, os rios Santa Maria e Jucu conseguirão garantir o produto para a região. A partir disso, porém, será preciso extrair do Rio Reis Magos, localizado nos limites da Serra com Fundão, para atender a parte da região. A partir de 2030, a previsão é de que se inicie a captação no Rio Doce.

Em se tratando do tema água, a grande importância do evento promovido pelo Iema e A GAZETA, na opinião do presidente da Cesan, foi a discussão que permitiu sobre a realidade atual dos recursos hídricos do Espírito Santo, principalmente face à participação da população.

“Governo e sociedade estão se juntando, a fim de adotar as medidas que se fazem necessárias, para a preservação do que restou dos recursos hídricos e florestas, escapando do uso e exploração inadequados, de modo a preservar e até a melhorar as condições atuais do que existe no Estado”, finalizou Carnelli.

Garantia de abastecimento

Ao iniciar essa gestão, em 2003 – lembrou o presidente da Cesan – as metas estabelecidas eram levar água tratada de qualidade a 100% da população nas regiões atendidas pela Cesan e elevar o nível de tratamento de esgoto de 35% para 60%.

“Hoje, nós já estamos caminhando para o cumprimento dessas metas, exceto em bairros de ocupação desordenada, onde ainda se registra dificuldade para o fornecimento, mas há investimentos para que essa demanda seja igualmente atendida, como acontece na Ponta da Fruta, onde a companhia realiza obras para garantir o abastecimento”.

PLANO DIRETOR

No que se refere ao esgoto, Paulo

Ruy lembrou que a Cesan saiu dos 20% para os atuais 35%. “Na Região Metropolitana estamos desenvolvendo um Plano Diretor de Esgoto (PDE), dentro do projeto Águas Limpas, que vai deixar planos e projetos para que se alcance os 100%.

Ao final de 2010, quando mais da metade do esgoto já estiver tratada, um plano diretor vai indicar as ações para o cumprimento pleno desse índice”.

Para a preservação do meio ambiente, coletar e tratar o esgoto corretamente em estações tornou-se medida de prioridade máxima, uma vez que com o crescimento populacional, os métodos antigos de tratamento nos domicílios tornaram-se ineficazes.

Fórum Capixaba tem página muito visitada na Internet

A página na Internet mantida pelo Fórum Capixaba de Mudanças Climáticas é, depois da página do Detran, a mais visitada pelos internautas capixabas: são cerca de 1.500 visitas diárias.

O movimento de pessoas interessadas em se manter informadas sobre as questões que envolvem o aquecimento do planeta e

seus possíveis desdobramentos permitiu que o Fórum fizesse o cadastro de nove mil endereços eletrônicos. Através deles, as notícias relacionadas às ameaças climáticas são encaminhadas. O endereço da página é www.femc.es.gov.br.

AVANÇO DO ESTADO

As informações são do secretário-executivo do Fórum, Wal-

ter Batista Júnior, que participou dos debates do Encontro das Águas. O Espírito Santo, segundo avalia Walter, está avançado em relação ao tema, porque vem coletando informações e se preparando para agir estrategicamente a longo prazo.

Ao Fórum cabe promover a interface entre os estudos científicos realizados por entidades diversas, acerca das mudanças cli-

máticas e a clientela – instituições de interesse público – que têm que se posicionar em relação aos prováveis efeitos.

MOMENTO CERTO

Especialista em áreas degradadas, Walter tem experiência com as questões que envolvem a água. Ele disse que o evento aconteceu no momento certo, revelando o que já se fez até aqui para a preservação dos mananciais, esforço reconhecido pelos representantes da ANA.

“Há cinco anos não se podia imaginar que o Espírito Santo estivesse de posse de um trabalho tão participativo e essencial, porque o Estado sozinho não é capaz de trabalhar. Em questões ambientais, ou se consegue engajar a população ou não se tem ação nenhuma. Trabalhos como esse que o jornal A GAZETA está fazendo é que torna isso possível, graças à sua forte penetração junto à opinião pública”.



Helena de Almeida

Walter Batista Júnior é especialista em áreas degradadas

Esgoto e assoreamento são os maiores inimigos dos mananciais

AJ13536-6

FÁBIO AHNERTI FALOU SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, DANDO ÊNFASE AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Ampliação das redes de tratamento de esgoto e a redução da quantidade de terra que cai sobre o leito dos rios são as medidas mais necessárias à proteção dos mananciais do Espírito Santo, de acordo com a análise do especialista em recursos hídricos, Fábio Ahnerti, do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

Ele foi o responsável pela segunda palestra do primeiro painel de debates do Encontro das Águas, realizado no Auditório da Rede Gazeta. Ahnerti, que é membro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, fez abordagem ampla sobre a implementação do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, dando ênfase aos instrumentos de gestão das águas.



Helena de Almeida
Ahnerti pediu às prefeituras que proibam loteamentos em topos de morros

ESPECIALISTA VÊ FORÇA EM PARCERIAS

Para que se realize a primeira das medidas, a ampliação das redes de tratamento de esgoto, Fábio considera importante a parceria entre o Governo do Estado, as prefeituras e a iniciativa privada. Parcerias também serão imprescindíveis para evitar o agravamento da situação dos rios.

"As prefeituras têm que ajudar, proibindo loteamento em topos de morros e com a manutenção de estradas vicinais de forma adequada. Além disso, precisam estimular os proprietários rurais, no sentido de realizarem a manutenção das florestas e recuperação de nascentes".

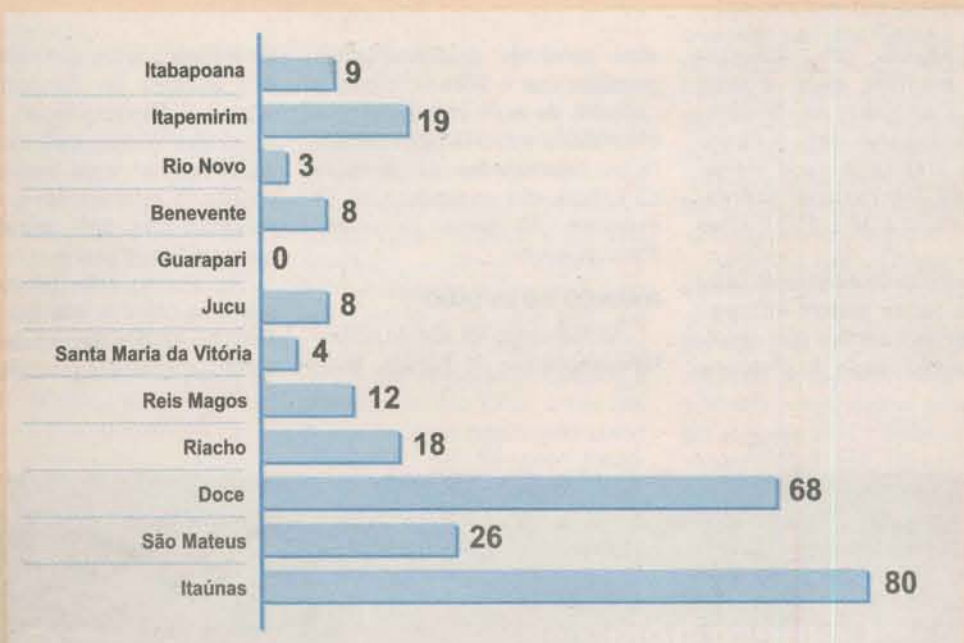
RECUPERAÇÃO

Ahnerti informou que o governo auxilia nesses projetos,

porque mantém parceria com a Companhia Vale do Rio Doce e os municípios, com vistas a promover a recuperação das nascentes e aumentar a cobertura florestal do Estado, onde o que sobrou de mata atlântica é de apenas 12% do território estadual.

Nas últimas sete décadas, o Estado perdeu, aproximadamente, 88% da sua cobertura florestal. "A mata em pé é importante para segurar a terra no solo e evitar o processo de erosão. Se conseguirmos atacar esses dois problemas, das florestas e dos esgotos, as condições das bacias e os índices de qualidade da água vão melhorar consideravelmente", afirmou Ahnerti.

Outorgas Emitidas x Região Hidrográfica (até maio/07)



Arte - Gilson

Iema acelera proteção

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) mantém uma política de interferência na aceleração das medidas necessárias à proteção das bacias hidrográficas, segundo informou Fábio Ahnerti, em sua palestra.

O órgão participa incentivando e orientando os projetos de recuperação das matas ciliares e das nascentes, ao mesmo tempo em que incentiva os municípios na implementação de redes de tratamento de esgoto. Além disso – lembrou o técnico – o Iema criou a outorga, instrumento que submete o uso da água a uma série de critérios.

PRESERVAÇÃO E QUALIDADE

Fábio Ahnerti explicou

que a outorga funciona como mecanismo de preservação e garantia da quantidade necessário ao uso, com distribuição mais equilibrada ao longo das bacias, incentivando o uso racional.

Em sua concepção, pedir outorga é um ato de cidadania, porque ao consultar o órgão ambiental, o requerente deixa de prejudicar os que se encontram abaixo dele, ao longo do rio.

CONTRIBUIÇÃO

Especialista em recursos hídricos, com mestrado em Engenharia Ambiental pela Ufes, o gerente do Iema vê no instrumento uma forma de contribuir de modo geral para o uso das reservas disponíveis no Estado.

Outro aspecto abordado

pelo técnico na palestra foi o crescente aparelhamento do Estado, para o enfrentamento das questões relativas à preservação dos recursos hídricos e dar conta do desafio.

"A máquina do Estado é hoje bem mais organizada e aparelhada. Os técnicos do Iema são concursados, dispõem de boa qualificação profissional, compondo um quadro melhor do que alguns anos atrás. Mas a demanda de processos é muito grande, o que faz necessário aumentar o quadro de especialistas, que hoje dispõe de 25".

Ahnerti considera positivo o quadro em atividade, porque sete anos atrás a equipe dispunha de seis profissionais apenas.

Debate aponta desafios na gestão

“Fazer gestão de recursos hídricos é fazer gestão de conflitos”. Foi com essa frase que o secretário-executivo do Comitê do Rio Doce, Vitor Feitosa, convidado como um dos debatedores do seminário, encerrou o primeiro ciclo de palestras.

Para o secretário, o primeiro desafio é lidar com a escassez de um bem finito e imprescindível para todos, a água. E isso acarreta um novo modelo de gestão pública no Brasil, porque é uma gestão descentralizada.

MULTIPLICIDADE

O segundo desafio se concretiza ao reunir num só espaço, os comitês e visões distintas da sociedade, para traçar um plano de gerenciamento da bacia hidrográfica. Esse plano traduz o desejo da comunidade daquela bacia.

O plano deve servir ainda para medir a efetividade do comitê, uma vez que, quando as legislações são feitas em acordo com as discussões realizadas,

significa que os comitês estão no caminho certo.

Mas Feitosa ressaltou que os conflitos não são necessariamente ruins. “O conflito é o combustível dos comitês, o que é bom. Além disso, cada um dos setores participantes tem competência para exercitar suas visões”.

AVANÇO SIGNIFICATIVO

Vitor lembrou que nos últimos quatro anos, a implantação dos comitês de bacias hidrográficas no Espírito Santo avançou significativamente. Ele acredita ainda que, em dois anos, todos os comitês estarão instalados

efetivamente.

Um dado fundamental para isso é o fato de que o Plano ES 2025 prevê a recuperação dos recursos hídricos como um fator estratégico para o desenvolvimento do Estado. “O Planejamento Estratégico ES 2025 vem sendo assumido pela sociedade, está deixando de ser apenas governo. E a necessidade de recuperação prevista no ES 2025 passa, em minha opinião, pelo reconhecimento dos comitês, o que faz com que cada bacia desenvolva seu potencial econômico, ambiental e social”.

A conclusão do Plano Estadual de Gerenciamento de Re-

ursos Hídricos e a instrumentalização do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) foram apontados por Feitosa como as próximas metas a serem alcançadas.

A postura pró-ativa e a estruturação do Iema para lidar com a questão dos recursos hídricos foram elogiadas pelo debatedor no seminário.

Ao fazer um balanço final do evento, o secretário do Comitê do Rio Doce enfatizou que o encontro foi uma grande oportunidade, para que os diversos atores sociais debatessem o futuro da gestão dos recursos hídricos.



Renata Lopes
Vitor Feitosa disse que escassez é um dos desafios

“A solução para esse tema passa pela discussão estruturada e institucionalizada. É preciso ouvir as várias vozes da sociedade, para encontrarmos o melhor caminho a ser seguido. E isso só é possível em espaços como esse”, finalizou Vitor Feitosa.

DESDE O INÍCIO, NOSSA VIDA DEPENDE DA ÁGUA.
AGORA, A ÁGUA TAMBÉM DEPENDE DE NÓS.

A escassez de água no mundo atinge um número cada vez maior de regiões e de pessoas.
Para mudar esse cenário crítico precisamos rever nossos conceitos e atitudes.
Faça a sua parte. Afinal, nossa vida depende da água e preservá-la só depende de nós.

iema
INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Secretaria
do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

IEMA NOVO
ESPIRITO SANTO
Secretaria do Estado
www.es.gov.br

Rio Guandu pode ser o primeiro a ter esgoto tratado em todo o curso

AJ13536-8



Helena de Almeida
Gilse Olinda Barbieri é secretária executiva do consórcio e integrante do Comitê do Rio Guandu

OS RECURSOS FINANCEIROS JÁ ESTARIAM À DISPOSIÇÃO NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Os recursos hídricos existentes no Estado precisam de políticas que garantam o abastecimento nos próximos anos. Mas introduzir medidas que visem a disciplinar o uso da água requer uma série de ações que vão desde o estímulo do uso racional da água nas cidades, até as que têm origem nas bacias dos rios.

Esse é um papel que cabe, em parte, aos comitês das bacias hidrográficas. Gilse Olinda Barbieri, secretária executiva do consórcio e integrante do Comitê do Rio Guandu fez, no Encontro das Águas, um balanço positivo dos resultados alcançados até aqui.

BACIA ABRANGE QUATRO MUNICÍPIOS

A bacia é composta pelos municípios de Laranja da Terra, Brejetuba, Afonso Cláudio e Baixo Guandu. Com uma área aproximada de 27.000 km² ela atende a uma população de cerca de 90 mil pessoas. O Guandu é afluente do Rio Doce e um dos primeiros a ser organizado como consórcio, no Espírito Santo. Além do consórcio conta, para sua preservação, com as ações do comitê de sua bacia, que acaba de registrar um novo ganho.

No Encontro das Águas, Gilse Olinda afirmou ter recebido como presente a notícia de que os recursos necessários à implantação do esgotamento sanitário em

Afonso Cláudio estavam disponibilizados na Caixa Econômica Federal.

TRATAMENTO DE ESGOTO

Um dos grandes desafios que o comitê tem pela frente é garantir tratamento do esgoto no município, o maior em volume despejado sobre o Rio Guandu. Com essa e outras medidas em andamento, o Guandu pode ser o primeiro a ter todo o sistema tratado ao longo do seu curso.

A bacia não enfrenta poluição de indústrias, informou Gilse Olinda. Seu comitê é formado por uma associação de produtores rurais que hoje, comprovadamente, agem protegendo as nascentes. "Nosso grande sonho é fazer com que todos se envolvam e desempenhem esse papel, como forma de garantir que, através do Guandu, o Rio Doce receba maior e melhor quantidade de água. Assim, quando for necessário transpor o Rio Doce, para abastecer a Grande Vitória, teremos uma bacia em boas condições".

Produtores rurais recebem cursos de capacitação

Com a Agência Nacional das Águas (ANA) o Iema e outras instituições, o consórcio do Rio Guandu promove cursos de capacitação para os usuários, ao mesmo tempo em que vem conscientizando produtores rurais, para que assumam o papel de produtores de água, deixando no passado o estigma de predadores dos recursos naturais.

O comitê luta por projetos de recuperação, com plantio no entorno das nascentes, tratamento do esgoto e medidas de contenção do carreamento de terra das estradas vicinais para o leito do rio, evitando assoreamento.

+ ESFORÇO PARA DIFUNDIR PRESERVAÇÃO

"Nosso maior interesse é informar como é possível juntar

gente em torno da idéia de preservar um rio, haja vista o sucesso para a criação do nosso comitê", afirmou Gilse Olinda. Os esforços para a formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu tiveram início em janeiro de 2005 e aguardam, agora, decreto do governador, instituindo oficialmente sua criação.

Conforme explicou a palestrante, a diferença entre as ações do consórcio e do comitê é que o primeiro é formado pelas prefeituras e empresas e o segundo pela sociedade civil organizada e usuários em geral.

Funciona ainda, segundo esclareceu Gilse, como um parlamento, palco das discussões e decisões sobre toda ação de preservação em cada bacia hidrográfica. No Guandu, uma descida ecológica realizada em abril de 2006 marcou sua

criação, aprovada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente em 13 de março deste ano.

Após o período de implantação, informou Gilse Olinda, já é possível um balanço positivo dos resultados alcançados até aqui: "Na verdade, se tomarmos

por base o panorama evolutivo dos últimos dez anos da situação do Guandu, considerando os ganhos em termos de reposição de cobertura vegetal, fauna e flora de maneira geral e saneamento básico, e até a questão do uso do agrotóxico, que aponta

para uma agricultura muito mais favorável à bacia, há motivos para comemorar".

Gilse lembrou que o proprietário rural, que até então temia ser taxado pela água que utiliza, conscientizou-se de que é produtor, já que destina parte do que tem em sua propriedade para os recursos hídricos, graças aos benefícios criados com a lei 5.818, que prevê compensação a quem proceder dessa maneira.

"Nós acreditamos que a bacia do Guandu tem esse panorama favorável: os produtores rurais estão acreditando na idéia, na medida em que deixaram de se ver como os vilões e passaram a cuidar das nascentes. Só dessa maneira é possível preservar também a bacia do Rio Doce, que vai garantir água para Vitória, no futuro.

GRATIFICAÇÃO

Trabalho gera respeito público

Sacerdócio, amor e doação são quesitos básicos para se trabalhar com a questão, afirma Gilse Olinda. "De início, nós tínhamos medo de sair porque as pessoas ficavam inseguras quanto aos nossos objetivos. Hoje, a situação é diferente: há respeito e interesse. A descida ecológica ajudou a introduzir a idéia de preservação quando houve grande mobilização do público em todos os municípios. "Nesses dez anos o que me motiva é o retorno que vem das pessoas. Não fosse isso, não seria possível prosseguir", admitiu Gilse.

Pesquisador do INPE confirma risco de desertificação no ES

TÉCNICO SUGERE REVISÃO DE TODOS OS TIPOS DE UTILIZAÇÃO
DOS RECURSOS HÍDRICOS

O pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Carlos Nobre, convidado para realizar a primeira palestra do terceiro painel de debates do Encontro das Águas, fez uma preocupante revelação durante o evento: o Espírito Santo é um dos estados brasileiros mais propensos a sofrer processo de desertificação no futuro, caso não sejam adotadas medidas drásticas para alterar os atuais quadros de degradação ambiental em suas bacias hidrográficas.

Nobre lembrou que todas as ações de proteção do solo são mais importantes aqui, no Nordeste Brasileiro e no Rio Grande do Sul do que em outras partes do País. O Espírito Santo conta com a agravante de ter em seu território o rio de bacia mais degradada de todo o País, o Rio Doce, "que está exigindo uma política muito clara de recuperação", disse o especialista.

NOBRE ADVERTE SOBRE VARIÇÃO CLIMÁTICA

Numa entrevista que concedeu à imprensa logo após sua apresentação, o pesquisador do Inpe afirmou: "Estamos acostumados, no Brasil, a usar os recursos hídricos que há em abundância, ainda que mal distribuídos, o que não será possível no futuro, porque a variação climática será intensificada, com mais seca e mais chuva desordenada". Nesse sentido, Nobre fez coro para aquilo que outros palestrantes chamaram a atenção, no encontro. "Nós temos que nos preparar para essa variação climática que está acontecendo e vai continuar. Não há como deter o processo".

"Todos os sistemas de geração de energia elétrica, abastecimentos das cidades e uso da água na agricultura têm que ser revistos - prevê Nobre - porque as chuvas



Helena de Almeida

Carlos Nobre disse que medidas drásticas têm que ser tomadas para reverter o quadro de degradação das bacias

virão de maneira diferente e hoje essa situação não está colocada de forma muito clara no Brasil".

"No Espírito Santo, uma das regiões onde se registram grandes oscilações climáticas, com períodos de seca intensa seguidos por chuvas muito fortes, os riscos são maiores, porque é preciso somar a isso a grande área de solo já inutilizada para a agricultura, como resultado dos processos de erosão". Com a mudança climática global, na opinião do pesquisador, o fenômeno vai ficar mais acentuado.

REPERCUSSÕES

Carlos Nobre afirmou ainda, em sua palestra, que as questões climáticas tomaram uma proporção que, muito recentemente, não se podia imaginar. "Quatro meses atrás, nenhum de nós podia supor que o assunto ganharia tanta importância". E fez previsões preocupantes com relação à elevação das temperaturas.

Nobre apresentou mapas e gráficos que comprovam as alterações climáticas em todo o planeta e no Brasil, com aumento de seca nos últimos 25 anos e o surgimento de chuvas torrenciais, neste mesmo período.

ADVERTÊNCIA

Aquecimento é real

Carlos Nobre afirmou que não dá mais para parar a máquina do tempo. Numa previsão otimista para o Brasil, as temperaturas podem subir de 3 a 4 graus centígrados. Numa previsão pessimista, 6 graus, até o fim do século. Ele enfatizou que não se trata de catastrofismo, mas realismo. "É preciso analisar o aquecimento do globo, que é inevitável".



Helena de Almeida

Wolmar Campostrini explicou como será o funcionamento da Comissão Especial

Assembléia cria Comissão Especial

O presidente da Comissão Especial da Assembléia Legislativa, criada para debater as questões relacionadas ao aquecimento global, mudanças climáticas, poluição ambiental e os reflexos para o Espírito Santo, deputado Wolmar Campostrini, participou do Encontro das Águas na condição de mediador do terceiro painel de debates.

Na ocasião, ele lembrou a criação da comissão, há apenas um mês, afirmando que sua permanência já está assegurada para os próximos quatro anos, conforme decidiram os deputados, considerando sua importância tanto agora quanto na próxima legislatura.

ESQUEMA DE FUNCIONAMENTO

A comissão funcionará com reuniões ordinárias às quartas-feiras e pretende promover eventos, oportunizando o debate dos temas alusivos às questões ambientais.

O último deles, informou o deputado, foi realizado há dois dias e contou com a presença do coordenador do grupo de combate à desertificação, do Ministério do Meio Ambiente, José Roberto de Lima. Foi uma oportunidade para dar início, na Assembléia, aos debates sobre o

processo de desertificação no Estado.

O Espírito Santo, lembrou Wolmar Campostrini, tem propensão de ter 45% de suas terras desertificadas, segundo estudos realizados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do Fórum Capixaba de Mudanças Climáticas. "É essencial informar e conscientizar as pessoas, de que é preciso agir para evitar que isso de fato ocorra. Nessa questão, que é irreversível, a informação é o fator mais importante, daí a relevância desse evento", opinou o deputado.

PROJETOS

O deputado Wolmar Campostrini revelou que apresentou à assembléia dois projetos: um, garantindo balneabilidade para os rios capixabas e outro que obriga os proprietários rurais a reflorestar suas propriedades, com plantas nativas, no sentido de evitar a continuidade dos processos de assoreamento dos rios.

Outro projeto do deputado prevê a redução do IPVA para carros movidos a gás em 50% do valor. "Entendemos que a diminuição da emissão de gás produzido pela queima de combustíveis fósseis, mais poluentes, vai trazer benefícios". O processo já passou pela Comissão de Justiça.

Incaper faz análise climática

VOLUME DE CHUVAS REGISTRADO EM 2006 FOI CONSIDERADO ALTO

As oscilações climáticas que o Estado experimenta na atualidade não podem ser consideradas, ainda, um efeito do aquecimento global. Os estudos disponíveis, realizados há apenas 10 anos são insuficientes para dar suporte à afirmação, algo que exigiria um período de pelo menos 40 anos de análises.

Essa é a opinião do pesquisador do Instituto Capixaba de Assistência, Pesquisa e Extensão Rural (Incaper) e coordenador do Sistema de Informação Agrometeorológica do Espírito Santo (Siag), José Geraldo Ferreira Silva. O técnico fez uma palestra no terceiro painel do Encontro das Águas, sobre o tema Mudanças Climáticas.

CHUVAS TIVERAM VARIÇÃO SIGNIFICATIVA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Porém, o estudo revelou que de 1982 até o presente houve variação significativa do volume de chuvas. "Foram variações muito bruscas, muito amplas e isso pode ser, já, influência das mudanças climáticas", afirmou o especialista, lembrando que o que gera as mudanças, nessa região do País, relaciona-se com o centro ciclônico posicionado sobre o extremo da Região Nordeste.

O estudo registra também alto volume de chuvas em 2006, com predominância de massa de ar frio sobre o Estado. Quando as massas se deslocam, as chuvas tornam-se mais escassas.

José Geraldo Ferreira lembrou em sua palestra: "As informações que temos para afirmar categoricamente que as mudanças climáticas estão influenciando as chuvas são ainda insuficientes. Mas há registro de chuvas muito concentradas, em novembro e dezembro, por exem-



Helena de Almeida

José Geraldo falou sobre a ocorrência de chuvas no ES

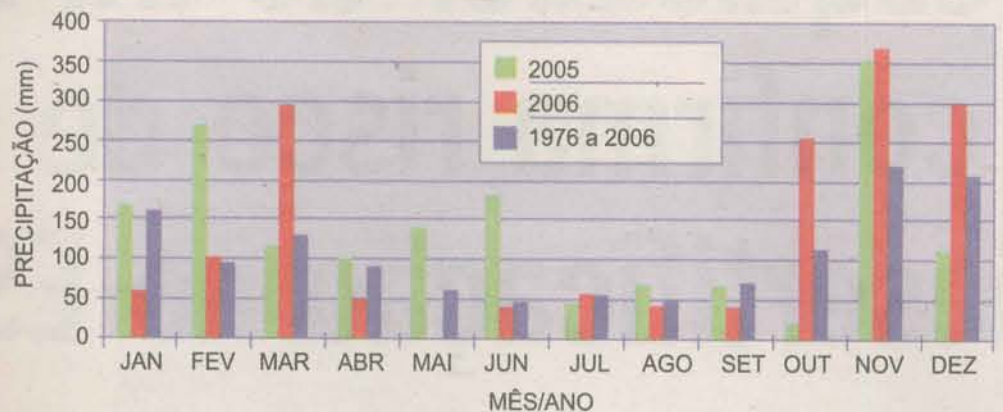
plo, com pancadas torrenciais, maior do que se observa em média, até então, e o período relativo ao inverno cada vez mais seco".

Para o técnico, embora não se possa afirmar com segurança de pesquisas mais amplas, existem indícios da relação entre causa e efeito de um e outro fator, e isso é preocupante.

Para o especialista, Vitória e o interior têm sofrido com chuvas torrenciais. Em Ecoporanga, no Norte, no ano passado e início deste ano, houve fortes trombas d'água. "Esses já são sinais do aquecimento global, que vai nos trazer chuvas mais intensas, maior calor e dias mais quentes. Tudo isso somado traz o que chamamos de uniformidade da chuva".

AJ13536-10

PRECIPITAÇÃO ANUAL EM LINHARES - ES



Artie - Gilson

Redução preocupa

A grande preocupação que a precipitação desordenada de chuvas traz, na visão de José Geraldo Ferreira, "relaciona-se ao fato de os solos estarem degradados, caminhando cada vez mais para o agravamento dessa situação, algo nítido e notório no campo".

José Geraldo alertou: "A nossa caixa d'água, que é o solo, não está sendo reabastecida adequadamente, porque toda chuva que cai se escoia rapidamente. Se a água não é retida, nossos reservatórios, que são as nascentes, estão diminuindo cada vez mais".

CAUSAS

Ele disse ainda: "A grande preocupação é saber se isso está acontecendo aliado ao uso inadequado do solo, nossa caixa d'água - o lençol freático - está sendo cada vez menos abastecido, ou seja, estamos fi-

cando com a caixa cada vez menor e obviamente o consumo, inversamente, aumenta a cada dia, porque precisamos produzir alimentos, gastamos mais água em nossos domicílios etc".

Para o especialista, se a produção de água tende a diminuir em função de diversos fatores, a pressão sobre sua utilização será, em igual proporção, cada vez maior.

Um dos efeitos mais imediatos e que já se registra são os conflitos crescentes por causa da água, principalmente no campo, afirmou José Geraldo. Em 2003, segundo revelou o técnico, houve conflitos na Região Norte, que já vêm acontecendo e se intensificando.

"Se a agricultura está ampliando a irrigação porque é necessário produzir mais, precisa então de mais água, o que significa que o produtor tira água dos mananciais cada vez mais.

Gerenciando conflitos

Os comitês de bacias hidrográficas estão se organizando, para gerenciar conflitos sobre o uso da água, reconheceu em sua palestra José Geraldo. "Vão gerenciar conflitos entre a demanda e a oferta possível do produto, que terá que ser racionado entre a necessidade de cada um e a disponibilidade, para que todos possam usar. É preciso aprender a administrar de forma racional". Para ele, o Estado precisa intervir e os comitês de bacias estão sendo implantados com esse objetivo.

"Estamos trabalhando também a questão de matas ciliares, que crescem ao longo dos rios, a conservação das nascentes e dos solos, para que ele armazene a chuva que cai, já que não há técnica que nos permita alterar o perfil da chuva".

Papel da mídia

José Geraldo Ferreira afirmou que a difusão pela mídia, dos problemas que afetam o clima, está ajudando na conscientização de todos, inclusive no interior, porque apesar da presença dos técnicos no campo, não é possível chegar em todas as casas, algo que cabe

aos meios de comunicação.

"Querendo ou não haverá reflexo, ainda que pequeno, na vida de cada um, porque o cidadão vai ter contato com o problema e aí entra o papel da orientação e da assistência técnica sobre os procedimentos adequados na agricultura, como forma de amenizar o

problema".

O estado trabalha um sistema de informação agrometeorológico, que consiste em disponibilizar informação para o agricultor e toda a comunidade técnico-científica. Todas as estações de Norte a Sul, medem chuva e temperatura, com informações diárias.

Novos temas são abordados no Encontro das Águas

A RELAÇÃO ENTRE FLORESTA E ÁGUA FOI DESTACADA DURANTE O ÚLTIMO PAINEL DO EVENTO

Um dos avanços do Encontro das Águas foi a abordagem mais ampla de questões que envolvem os recursos hídricos. Por isso, o último painel do evento trouxe para debate o tema Água e Floresta. Uma das expositoras foi a assessora de Sustentabilidade das Unidades Florestais da Votorantin Celulose, Maria José Zakia.

Para ela, cresce no mundo o conceito de desenvolvimento sustentável e, com isso, é necessário que os problemas não sejam vistos de forma isolada, como acontece com os recursos hídricos. "Quando se fala em gestão das águas não podemos nos esquecer das florestas, porque esses dois elementos têm uma relação muito íntima".

A falta de cobertura florestal em áreas de acentuada declividade, por

exemplo, pode provocar assoreamento nos rios, já que essas áreas ficam suscetíveis à erosão e ao deslizamento do solo. Uma das consequências do assoreamento é a diminuição do volume de água.

Para a palestrante, é na região de micro bacias que a relação floresta-água é indissociável. "Todo o projeto de conservação do solo e da água precisa começar nas nascentes. Não se pode dissociar a mata do curso da água. Queremos sistemas saudáveis. E para isso, precisamos de uma gestão não só das águas, mas sim, uma gestão ambiental, que integre todos esses elementos".

PRODUTOR RURAL

Maria José Zakia ressaltou em sua palestra, que o produtor rural



Renata Lopes

Maria Zakia chamou a atenção para a importância da parceria com produtores rurais, na defesa das matas e nascentes

tem se tornado uma peça fundamental para a gestão e preservação das florestas. "Por muitos anos, o proprietário rural foi visto pela sociedade como grande responsável pelo desmatamento. Mas hoje ele é tido como um parceiro na conservação da floresta. Uma das formas de se fazer isso é remunerá-lo para que tenha mata nativa em sua propriedade".

Para a palestrante, é preciso que se transforme o proprietário rural em um produtor de águas. "Um produtor de águas é aquele que tem em sua propriedade infiltração de água no solo, consumo de água menor que a precipitação que chega, conservação do solo e presença de mata nas áreas sensíveis, como encostas, nascentes e cursos d'água".

Comitês devem investir mais em projetos de reflorestamento



Renata Lopes

Maria Aparecida criticou a falta de integração entre as políticas de gestão de recursos hídricos e de florestas

No painel Água e Floresta, a secretária executiva do Comitê de Bacias Hidrográficas Paraíba do Sul, Maria Aparecida Vargas, falou da importância de se criar nos comitês projetos que priorizem não só a água, mas também o reflorestamento.

Maria Aparecida lembrou que, para manter a disponibilidade de água doce existente hoje em todo o planeta, é preciso de florestas que consigam fazer o ciclo hidrológico. E o comitê de bacia hidrográfica é o ambiente propício para abordar o tema.

CARACTERÍSTICAS

Mas a secretária-executiva do CBH-Paraíba do Sul ressaltou que, ao se propor os projetos, devem ser levadas em conta as características de cada bacia. "Cada bacia hidrográfica tem um diferencial. Algumas são bacias eminentemente agri-

colas, outras são urbanas e ainda existem as mistas. E é preciso levar em consideração cada uma dessas características, para que o projeto apresentado seja aceito por todos".

Segundo a palestrante, a tendência nos municípios é de que haja um maior investimento nas áreas de saneamento básico e obras estruturais, do que nas áreas de reflorestamento, o que dificulta a aprovação de projetos.

COLCHA DE RETALHOS

A falta de uma legislação conjunta entre água e floresta também foi criticada por Maria Aparecida Vargas. "O maior entrave é justamente a falta de integração entre políticas de gestão de recursos hídricos e políticas de florestas. Não são políticas de comum acordo, são totalmente desvinculadas. O Código Florestal vai para um lado e a política de recursos hídricos para o outro. Então, o que nos res-

ta é tentar juntar isso, como uma colcha de retalhos".

A expositora trouxe como exemplo a experiência do CBH-Paraíba do Sul. A Bacia, que envolve os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro engloba 181 municípios e é o local em que se concentra o maior PIB brasileiro.

Atualmente, existem no comitê três projetos-pilotos, um em cada Estado que compõe a Bacia Hidrográfica Paraíba do Sul. Por meio de um fórum na Internet, os membros do comitê apontaram em cada região escolhida quais seriam as áreas críticas para trabalhar uma proposta de reflorestamento junto à Fundação SOS Mata Atlântica e ao Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

Dos três projetos, o de Minas Gerais está em fase final. Já em São Paulo, o projeto está em execução e no do Rio de Janeiro, a área foi considerada inapropriada pelos coordenadores.

Qualidade da água do país precisa ser melhorada

PARA O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, OSCAR DE MORAES, FALTA ÁGUA DE BOA QUALIDADE NO BRASIL

“Precisamos perceber que um dos problemas do Brasil em relação aos recursos hídricos não é a escassez de água, mas, sim, a escassez da qualidade dessa água”. Com essas palavras, o diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Oscar de Moraes, definiu o panorama dos recursos hídricos no País durante o 3º Seminário Encontro das Águas, realizado no último dia 20, no auditório da Rede Gazeta.

Moraes citou como exemplo a cidade de São Paulo, que hoje precisa buscar água em outras bacias hidrográficas a mais de 100 quilômetros de distância, ao mesmo tempo em que convive

com abundância de água poluída dos rios Tietê e Pinheiros.

VISÃO DE ABUNDÂNCIA TEM QUE SER REVISTA

Para o presidente da ANA, a visão de abundância de água no País deve ser revista. “Apesar de o Brasil ser considerado o que tem maior disponibilidade de água do mundo, já que 18% da água doce de todo o planeta circulam pelo Brasil, algumas regiões sofrem com a falta de água e com a poluição”.

Segundo Oscar, as regiões Nordeste e Centro-Sul do País, por exemplo, sofrem com períodos de estiagem cada vez mais frequentes, ocasionando falta de água para irrigação e abasteci-



Renata Lopes
Oscar de Moraes, diretor da ANA, acha que a visão de abundância de água no Brasil precisa ser revista

mento das cidades”.

RECUPERAÇÃO

Segundo o palestrante, uma das tarefas da Agência Nacional de Águas, criada no ano de 2000 pela Lei 9.984, é buscar a recuperação da qualidade da água no

País e solucionar os problemas de poluição.

“A Agência tem o papel de disciplinar a utilização de nossos rios e lagos, com o objetivo de evitar a poluição e o desperdício, garantindo assim água de boa qualidade para todos”.

Gestão integrada é solução

Para reverter o atual quadro, Oscar de Moraes enfatizou a necessidade de uma gestão integrada, descentralizada e participativa, com envolvimento dos diferentes setores da sociedade, para recuperar a qualidade da água.

Dai a importância de se criar cada vez mais comitês de bacias hidrográficas, que têm, justamente, o papel de reunir o poder público, sociedade civil organizada e usuários, para discutir a melhor forma de solucionar os problemas locais.

PERSPECTIVA

Apesar de defender a descentralização da gestão dos recursos hídricos, o presidente da ANA disse que é preciso trabalhar o problema local, sem perder de vista a perspectiva do regional e do nacional.

Moraes lembrou ainda que a Constituição de 88 já previa o compartilhamento da titularidade da água. Estados e União deveriam se articular, para promover essa gestão, pois o recurso hídrico é um bem de domínio público. Destacou o papel dos municípios como atores importantes, que precisam estar envolvidos no sistema.

O diretor da ANA chamou a atenção para o fato de a legislação sobre esse assunto ser bastante rica, não havendo necessidade de se criar mais leis. “A nossa Lei das Águas, que completa dez anos em 2007, previu uma série de instrumentos para estabelecermos o uso racional da água no País e a forma como deveríamos atacar o problema. Temos como grande desafio implementar essas soluções, que envolvem instrumentos técnicos, como a outorga, e instrumentos de capacitação. É importante que a complexidade dos problemas e soluções seja disseminada na sociedade”.

Pelo princípio, os diferentes setores usuários de água passam a ter igualdade no direito de acesso a esse bem. A única exceção, já estabelecida na própria lei, é que em situações de escassez, a prioridade de uso da água no Brasil é o abastecimento público e a dessedentação de animais.

Diretor afirma que A GAZETA cumpre papel

O diretor de Mídia Impressa do jornal A GAZETA, Dênis de Oliveira, afirmou durante o evento que os debates permitiram a ampliação das discussões sobre a preservação e uso racional da água.

“Ao promovê-lo, acreditamos estar cumprindo o nosso papel de engajar a sociedade capixaba na discussão de um tema tão relevante, contribuindo para que ela se torne cada vez mais consciente, de que é essencial para o desenvolvimento do Estado a implantação de uma política de preservação dos mananciais”.

INFORMAÇÃO DEMOCRATIZADA

Dênis disse ainda, que “os veículos da Rede Gazeta quem cumprir seu papel de de-

mocratizar as informações, de maneira a estimular a população a participar da solução dos problemas que, todos nós sabemos, tendem a se intensificar nos próximos anos”.

O evento foi promovido pela terceira vez consecutiva, segundo afirmou Dênis de Oliveira, porque a questão do meio ambiente passa, principalmente, pela questão de conscientização da população. “A questão de poluição de águas acontece muito fortemente, por causa da produção industrial, mas não temos noção da poluição promovida pelas populações ribeirinhas, nos rios que afluirão a bacias, baías e lagoas. Os meios de comunicação precisam auxiliar o poder público no sentido de democratizar as preocupações e as informações”.

Segundo Dênis, A GAZETA,



Helena de Almeida
Dênis Oliveira destacou o papel da mídia na defesa do meio ambiente